

O PERFIL DE JOVENS ELEITOS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS (2003 - 2011)

THE PROFILE OF YOUNG PEOPLE ELECTED TO THE PARLIAMENT (2003-2011)

PEDRO VASCONCELOS ROCHA¹

Resumo

O presente trabalho apresenta dados biográficos de jovens deputados federais que exerceram mandatos na 52^a e 53^a Legislaturas da Câmara dos Deputados (2003-2011). Situando-se no debate brasileiro recente sobre carreira e recrutamento político, com ênfase na Câmara dos Deputados, apresentamos a tentativa de tomar questões oriundas deste debate mais amplo, com destaque para as noções de “profissionalização política” tal como ela vem sendo entendida no mesmo, para problematizá-lo a partir de uma amostra reduzida de agentes com características distintivas principalmente no que tange à questão etária, mas também em relação a outros recursos sociais envolvidos em suas respectivas trajetórias.

Palavras-chave: recrutamento político; Câmara dos Deputados; profissionalização política

Abstract

This work presents biographical data on young federal deputies who exercised mandates in the 52nd and 53th Legislatures of the House of Representatives (2003-2011). Standing on the recent Brazilian debate on political career and recruitment,

1 Mestrando em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: pedrovr1@gmail.com.

with emphasis in the Chamber of Deputies, it attempts to take matters arising out of this wider debate, highlighting the notion of “political professionals” as it has been understood to problematize it from a small sample of agents with distinctive characteristics especially in regard to the age issue, but also relative to other social resources involved in their respective careers.

Keywords: political recruitment; House of Representatives; political professionals

Introdução

Este trabalho pretende lançar o olhar para as características sócio-profissionais dos jovens que foram eleitos para a Câmara dos Deputados na 52ª e 53ª Legislaturas (com início em 2003 e 2007, respectivamente)². O intuito é observar que padrões podem ser observados no que tange o perfil e a experiência prévia destes parlamentares, de modo que algumas questões possam ser discutidas: que recursos sociais são valorizados e ilustrativos do sucesso de candidaturas jovens? Que opções políticas são consideradas previamente por estes agentes? É a partir de questões como essas e dialogando com debates recentes na literatura nacional sobre o tema que o presente trabalho pretende contribuir para o estudo de carreiras e recrutamento de elites políticas no Brasil.

O tratamento deste objeto exige o cuidado com algumas questões específicas. Em primeiro lugar, a idade reduzida dos agentes em questão é um impeditivo por si só de considerar a experiência eletiva prévia como um traço característico destes parlamentares, que mesmo por questões legais (idade mínima para candidaturas) não tiveram a oportunidade de serem eleitos para cargos específicos. A isto se relaciona outra especificidade: a vivência em espaços diferenciados de socialização política, como juventudes partidárias, movimento estudantil, trabalho comunitário, etc. Outra especificidade digna de nota é a provável ausência de casos de reconversão de capitais obtidos em outros campos de atuação (profissional, intelectual, sindical, etc.), visto que são raros os casos de indivíduos que obtêm sucesso em suas carreiras profissionais nesta fase da vida, a ponto de poderem convertê-lo em capital político. Por fim, a própria iniciação precoce na carreira política, característica por definição do objeto em questão, é um dado relevante cuja origem deve ser observada.

Assim, é interessante observar o quanto estas especificidades do objeto podem dialogar com hipóteses presentes na literatura

2 Para uma relação dos nomes que compõem este universo, cf. tabela 5 (p. 13) deste trabalho.

sobre recrutamento e carreira política no Brasil. Uma hipótese que se apresenta então é que, a despeito da reduzida experiência político-eletiva previamente acumulada, estes agentes não podem ser tratados como completos “outsiders” (SANTOS, A. M., 2000) na medida em que possivelmente não se enquadram enquanto meros “aventureiros” que obtiveram êxito eleitoral; são antes parte de processos de engajamento, socialização política e presença em redes de relações sociais específicas (“capital social”, no sentido de Bourdieu) que lhes permitiram alcançar precocemente o importante cargo de deputados federais, ainda que estes processos se diferenciem de uma profissionalização política “tradicional”, isto é, centrada fundamentalmente na ocupação prévia de cargos eletivos. Espera-se, portanto, que a análise prosopográfica e específica destes agentes contribua para clarear estes caminhos diferenciados de carreiras políticas, sugerindo também variáveis de socialização e “profissionalização” política que merecem ser melhor analisadas.

2. O perfil dos deputados federais no Brasil recente: uma breve revisão da literatura

Estudos recentes produzidos no Brasil têm contribuído para uma compreensão mais abrangente sobre diferentes aspectos e mudanças relacionadas ao perfil dos deputados federais brasileiros no período da redemocratização, em especial dos últimos dez anos. Pode-se destacar entre estes estudos³ o trabalho de Marengo dos Santos (1997); o trabalho de Fabiano Santos (2003); os conhecidos trabalhos de Rodrigues (2002; 2006); e os trabalhos de Perissinotto e Miriade (2009) e Perissinotto e Bolognesi (2010). Em uma perspectiva diferente, mais relacionada à problematização de recursos sociais em jogo, pode-se tomar

3 Incorporamos aqui referências ao debate semelhantes às sugeridas por Codato e Costa (2011), incluindo também os trabalhos de Perissinotto e Miriade (2006), Perissinotto e Bolognesi (2010) e Coradini (2012). É importante salientar que a incorporação foi somente das referências que formam o “plano de fundo” do debate, ou seja, o recorte que os autores deram; o mesmo não acontece para a interpretação dos autores de como o debate vem ocorrendo.

como referência o trabalho de Coradini (2012).

Marengo dos Santos (1997) busca romper com um entendimento existente, segundo ele, de que o “campo político” brasileiro é composto majoritariamente por parlamentares com longa experiência na vida pública. A partir de um estudo com um conjunto de oito legislaturas da Câmara dos Deputados em períodos democráticos e levando em consideração variáveis como número de mandatos como deputado federal, anos de experiência antes de ocupar este cargo, número de mudanças de partido, entre outras, o autor conclui que a tendência na verdade é que predominem outsiders na política brasileira, isto é, atores com experiência política prévia reduzida. Para Marengo dos Santos, esse diagnóstico está relacionado à inexistência de um espaço político bem delimitado em relação a outras esferas (econômica, por exemplo), explicitado pelo número reduzido de “profissionais” ou indivíduos que vivem *da* política e *como* homem político, conforme o vocabulário weberiano utilizado pelo autor (p. 16).

Ao tratar do problema do recrutamento de deputados federais no Brasil, Fabiano Santos (2003) apresenta uma contraposição à tese de Marengo dos Santos acerca da noção de outsiders como característicos do caso brasileiro, constatando que cerca de 20% dos deputados federais entre 1946 e 1999 ocuparam postos em instituições do poder Executivo estadual, municipal e/ou federal. Com base nisso, conclui o autor que:

“(…) Se é verdade que o sistema eleitoral permite a ‘oxigenação política’ do parlamento, vê-se que tal ‘oxigenação’ é feita com quadros políticos socializados, seja em postos eletivos em nível estadual ou local, seja em cargos burocráticos do primeiro escalão estadual” (p. 130)

A este diagnóstico, Santos acrescenta ainda que embora muitas “raposas” do Congresso brasileiro apresentam a tendência de buscar outros caminhos em suas carreiras políticas, os mesmos tendem a voltar para o poder Legislativo, o que supostamente indicaria a relevância da instituição. Embora a preocupação

do autor seja com a “institucionalização” (POLSBY, 1968) do Legislativo brasileiro e as possibilidades de a instituição em si impactar nas condições de recrutamento e nas decisões de carreira – uma perspectiva que difere de outras mais relacionadas com o impacto de variáveis “sociais” nestas questões, como o presente trabalho – os achados de Santos são importantes para considerar a problemática da “profissionalização política” e do espaço político brasileiro sobre diferentes pontos de vista.

Perissinotto e Miriade (2009), Perissinotto e Bolognesi (2010) e Codato e Costa (2011) tratam do problema da profissionalização política no Brasil mais diretamente, amparado por dados mais recentes. Embora esses estudos se diferenciem entre si, o principal diagnóstico em comum é o de que a profissionalização da “classe política” brasileira é um processo em curso, fato que é demonstrado pela preponderância dos políticos profissionais entre os deputados federais eleitos em conjunto com o declínio na proporção de parlamentares advindos de profissões economicamente mais relevantes (PERISSINOTTO e BOLOGNESI, op. cit., p. 14). O crescimento significativo no número de parlamentares com profissões de “perfil técnico” também é um achado relevante, o qual aparece também em Santos (op. cit.). A profissionalização política em curso demonstra, nesse sentido, um sintoma fundamental da autonomização do campo político no Brasil (PERISSINOTTO e BOLOGNESI, op. cit., p. 11).

Não tocando diretamente na questão da profissionalização, mas contribuindo para o debate a partir da análise de dados sócio-profissionais de deputados federais, Rodrigues (2006) discorre sobre a tese de que houve uma relativa “popularização” da classe política brasileira a partir das eleições de 2002, percebida por um aumento da presença das classes médias na Câmara dos Deputados e um declínio de setores mais “elitistas”; indicativos disso para Rodrigues são as variações entre as profissões predominantes e os níveis de renda dos parlamentares na 51ª e 52ª legislaturas. Tal como explicitam Codato e Costa (op. cit., p. 12), as causas do fenômeno da popularização apontadas por Rodrigues são de caráter institucional e não referentes explicitamente a mudanças na estrutura social: são os resultados eleitorais do

período, caracterizados principalmente por expressiva e inédita vitória do Partido dos Trabalhadores na presidência e da eleição de vários de seus membros para a Câmara dos Deputados, que explicam a mudança no perfil sócio-profissional dos deputados federais entre as duas legislaturas.

Partindo da questão mais geral de estudos recentes em outros países sobre carreiras políticas⁴, os quais apontam na direção de uma maior autonomia da atividade política “profissional” em relação à outras esferas - o que é entendido pelos autores supracitados como “profissionalização política” - entre outras tendências, Coradini (2012, p. 110) apresenta uma proposta explicativa e ênfase diferentes em relação ao tema. Para o autor, a questão de interesse no que tange o “perfil parlamentar” ou “carreiras políticas” é a relação entre recursos de posição social (com destaque para a categoria sócio-profissional e título escolar declarados) e a conquista de um cargo político-eletivo, em hipótese congruente ao que buscou demonstrar Gaxie (1980) acerca das lógicas do recrutamento político. Nesta perspectiva, argumenta-se que há uma relação estreita entre posição social (medida pelo volume global de capital econômico, social e/ou cultural de cada agente) e a posição política de determinado agente, de forma que a concorrência política “em um mercado simbolicamente hierarquizado só pode ser uma forma de seleção social” (GAXIE, 2012 [1980], p. 166).

Embora o presente trabalho trate de um universo reduzido de agentes em relação aos supracitados, os quais utilizaram como objeto todo o conjunto da Câmara dos Deputados (alguns inclusive incorporaram o Senado), discutir brevemente esta literatura teve como intuito chamar a atenção para certos contrastes e consonâncias que nossa amostra pode sugerir, abrindo espaço para o desenvolvimento das discussões sobre o espaço político brasileiro e suas transformações recentes, tal como exposto pela literatura apresentada.

É nesse sentido que utilizar os jovens parlamentares como objeto

4 BEST & COTTA, 2000; BORCHERT & ZEISS (2003); BEST & GAXIE (2000)

problematiza as noções de *outsiders*, mas também as exigências de carreiras políticas sedimentadas; discute como a questão da profissionalização se aplica (ou não) ao caso; além de abrir um paralelo com a noção de “popularização”, questionando o seu alcance em determinados grupos e contextos (no caso, os jovens parlamentares). Especialmente frutífera para incorporar na interpretação é a relação entre hierarquias sociais e posições políticas: se por um lado o número reduzido de jovens reflete uma posição inferior dos mesmos em termos de hierarquia etária, as características de posição social mais geral sobre os poucos que chegam ao cargo de deputado federal podem ser elucidativas para debater a mesma hipótese. Relacionar os achados recentes com os que serão apresentados neste trabalho poderá ser útil, portanto, tanto para reforçar quanto para relativizar algumas hipóteses correntes sobre o tema, além de contribuir para a apreensão de modalidades específicas de inserção na política.

3. Jovens parlamentares na Câmara dos Deputados

O universo empírico do trabalho é constituído por deputados federais com até 29 (vinte e nove) anos de idade na data da posse de seus respectivos mandatos. Esta parcela compreende 09 (nove) ocorrências na 52^a Legislatura e 15 (quinze) na 53^a Legislatura; considerando que três parlamentares da 53^a legislatura constam também na 52^a, a presente análise do conjunto de deputados federais vai considerar apenas o primeiro mandato de cada um(a) como deputado federal, o que significa trabalhar com uma amostra de 21 (vinte e um) indivíduos⁵.

Tratar quantitativamente os dados não demonstra ser estatisticamente significativa, considerando um universo tão reduzido de sujeitos. Uma análise qualitativa mais aprofundada tampouco seria passível de ser utilizada no presente artigo, tendo

5 Como o propósito do trabalho é discutir a entrada de jovens parlamentares na Câmara dos Deputados, os mandatos de três parlamentares da 53^a Legislatura que foram eleitos pela primeira vez na 52^a – ACM Neto, Davi Alcolumbre e Leonardo Picciani – não foram contabilizados nas análises subsequentes.

em vista a limitação da proposta e das fontes consultadas. A proposta antes é tentar apreender, a partir de uma breve análise exploratória de elementos presentes em biografias, possíveis recursos envolvidos nestas “entradas políticas” precoces para um cargo público de destaque que é o cargo de deputado federal, relacionando-os quando possível a características debatidas na literatura mencionada.

Ressaltar a ideia de relacionar com a literatura sobre recrutamento político “quando possível” é relevante porque, tal como expresso na introdução, a especificidade do grupo de parlamentares em questão sugere a incorporação de características (ou variáveis) que dizem mais respeito a esse universo que outras mais frequentemente utilizadas em estudos desse tipo. É justamente essa especificidade, porém, que demonstra ser a principal justificativa para a necessidade deste trabalho, como tentaremos demonstrar a seguir.

A distribuição dos parlamentares em partidos políticos ilustra, por exemplo, a dificuldade em atribuir significância a algumas características quando tomadas isoladamente; esta afirmação fica clara ao observarmos a tabela 1, a seguir:

Tabela 1. Partidos políticos

Sigla	Frequência
PPS	4
PDT	3
PFL	3
PT	3
PMSDB	2
PSB	2
PCdoB	1
PMN	1
PSC	1

PHS	1
Total	21

Como é possível ver acima, a distribuição se dá entre vários partidos políticos, alguns dos quais considerados pequenos ou até mesmo “nanicos”. O partido que mais concentra jovens deputados federais nestas duas legislaturas foi o PPS, com quatro ocorrências (uma na 52ª e três na 53ª legislaturas); nenhuma destas duas observações pode ser aproximada da realidade da Câmara dos Deputados em ambas as legislaturas. Entretanto, partindo da indagação principal – isto é, que recursos sociais estão envolvidos nas trajetórias de jovens vitoriosos em eleições para a Câmara Federal – é possível combinar estes dados com outros, oriundos de hipóteses sugestivas que possam responder à questão.

Como afirmamos na introdução, pensar em parlamentares eleitos com até 29 anos de idade é considerar que dificilmente estes tenham tido tempo de alcançar sucesso em outras esferas “profissionais” antes de dedicarem-se à política; do mesmo modo, tampouco apresentam idade suficiente para apresentar uma carreira política sedimentada. Assim, partindo da hipótese – um tanto óbvia, talvez - de que ser eleito tão jovem para um cargo de deputado federal exige uma forte inserção prévia na política, tomamos como uma variável significativa a ser examinada a relação de parentesco destes parlamentares com sujeitos anteriormente presentes na vida pública brasileira. A **tabela 2**, a seguir, ilustra a frequência da presença ou ausência deste vínculo entre os jovens deputados federais:

Tabela 2. Herança política

Herdeiro(a) político?	Frequência
Não	6
Sim	15
Total	21

Dos 21 jovens deputados federais, 15 (mais de 70% da amostra) são filhos, netos e/ou sobrinhos de políticos eleitos

anteriormente, os quais gozam de prestígio em seus respectivos estados/municípios, vários até com projeção nacional⁶. Isto permite enquadrá-los enquanto herdeiros de um patrimônio político, recurso que se apresenta como fundamental para uma inserção privilegiada no espaço político brasileiro (CANEDO, 1997; GRILL, 2008; MESSENBURG, 2011; OLIVEIRA, 2012).

Cinco dos seis parlamentares que não se enquadram neste critério apresentam outro recurso que demonstra ser relevante no recrutamento de jovens lideranças: uma elevada vinculação com juventudes partidárias e/ou associações estudantis⁷, ocupando os principais cargos (presidência municipal/estadual/nacional). O único caso que não apresenta, segundo o levantamento realizado, estas modalidades de inserção na política é dotado de um recurso nada desprezível: elevado capital econômico familiar, o que contribui para atribuir ao candidato prestígio e recursos materiais, configurando assim uma vantagem fundamental na competição política.

Tabela 3. Juventudes partidárias

Ocupou cargo(s) de liderança em juventudes partidárias?	Frequência
Não	10
Sim	11
Total	21

Ainda que este estudo não tenha investigado a fundo o significado da presença e ocupação de cargos de destaque em juventudes

6 O pai de Filipe Pereira (PSC-RJ) foi suplente no Senado. Só não foi enquadrado como herdeiro de patrimônio político porque o seu pai não foi submetido a eleições; não foste este critério aqui utilizado, esta vinculação seguramente poderia ser qualificada como uma inserção prévia herdada.

7 Uma ocorrência apresentou vinculação somente com associações estudantis, sem ter declarado a ocupação de cargos em juventudes partidárias antes da eleição para deputado federal.

partidárias, o que nos impede de fazer inferências mais sólidas a respeito, a frequência observada nesta modalidade específica de inserção política é sugestiva da necessidade de se compreender melhor estes espaços no que tange ao recrutamento político. A militância em partidos revela ser de fundamental importância para adquirir cargos em empreendimentos eleitorais coletivos, se consagrar como possível candidato(a), além de trunfos como “valores éticos e bandeiras sociais, transferidos pela identificação partidária” (OFFERLÉ, 1989 apud. MARENCO DOS SANTOS, 2000, p. 10).

“Após ter dedicado boa parte de sua vida às tarefas de organização do partido, o indivíduo resgata a energia e o tempo investidos, convertendo-os em suporte coletivo (militância, finanças) para sua campanha. O capital político emprestado pelo partido oferece, ainda, ao aspirante a possibilidade de suprir uma carência de atributos pessoais — notoriedade, diploma, posses —, compensados pela oferta de contrapartidas simbólicas como programas, visões de mundo, valores éticos e bandeiras sociais, transferidos pela identificação partidária” (OFFERLÉ, 1989, apud.

No caso específico da identificação partidária no âmbito das juventudes, a idéia de “boa parte da sua vida na organização do partido” faz algum sentido se relativizada: dada a pouca idade destes sujeitos, a principal experiência de espaço político a qual é possível se engajar são de fato os espaços do movimento estudantil, fortemente permeados por juventudes partidárias. Neste sentido, estes espaços possivelmente figuram como *locus* privilegiado de aprendizagem e atuação política (VASCONCELOS, 2011, p. 36-37).

A presença significativa em juventudes partidárias é um recurso que também está presente mesmo entre os “herdeiros políticos”: sete dos quinze herdeiros identificados ocuparam cargos de destaque em juventudes partidárias em período anterior à eleição para a Câmara dos Deputados. Este dado é indicativo da importância de se jogar com diferentes recursos sociais na disputa política, possibilitando aos candidatos formularem diferentes imagens e discursos políticos que os associe eleitoralmente a

outras frações do eleitorado que não somente às “bases” que estão diretamente vinculados (no caso, o eleitorado “herdado” do patrimônio político familiar)⁸. Para além de uma compreensão meramente “utilitária” de emprego deste recurso enquanto trunfo eleitoral, esta relação pode ser interpretada justamente enquanto “ajustes entre as disposições incorporadas pelos agentes e os espaços sociais em que investem” (SEIDL, 2009, p.36), ou seja, uma real identificação enquanto “jovens” e conseqüentemente com os atributos sociais comumente associados a esta condição.

Assim, a questão dos partidos tal como discutido brevemente a partir da tabela demonstra ser mais passível de compreensão, ao menos em termos de hipóteses de pesquisa. A presença de partidos sem tanto peso, por exemplo, pode ser percebida como partidos “de aluguel” para grande parte das ocorrências, dado que seus recursos são originários de outras fontes que não só a dos partidos com elevadas chances eleitorais (os maiores), como a questão da herança de patrimônio político.

Por outro lado, sendo a ocupação de cargos em juventudes partidárias um recurso social relevante para a entrada na política da presente amostra, tal como identificamos, a importância da militância partidária não pode ser desprezada, pelo contrário: é aparentemente o principal recurso para os jovens não-herdeiros, com destaque para a militância em juventudes de partidos considerados de esquerda ou centro-esquerda pela literatura (Rodrigues, 2002; Marengo dos Santos e Serna, 2007), como PT, PDT e PSB.

Faz-se importante também analisar a ocupação profissional dos jovens parlamentares, a começar pela “profissão política”: quantos ocuparam cargos eletivos antes de tornarem-se deputados federais? A **tabela 4** apresenta estes dados:

8 Ainda que se trate de uma relação distinta – herdeiros políticos e presença em juventudes partidárias - esta inferência é análoga ao que aparece em Coradini (2011, p.217), o qual discute a respeito das possibilidades de reconversão do capital associativo em recursos eleitorais entre deputados federais

Tabela 4. Ocupação de cargos eletivos

Ocupou cargos eletivos anteriormente?	Frequência
Não	13
Sim	8
Total	21

Como poderia ser esperado, mais da metade dos jovens deputados federais não ocuparam cargos eletivos previamente; possivelmente parte deles por questões regimentais, como a idade permitida para ser eleito, ou por dedicarem-se antes a outras atividades, como a formação acadêmica. Entretanto, é bastante significativo o fato de que sete dos treze parlamentares que não ocuparam cargos eletivos até então estão aqui classificados enquanto herdeiros políticos; sugere que a profissionalização política “clássica” não se aplica a estes casos enquanto “filtro” relevante de recrutamento político. Esta constatação pode ser reforçada pelos dados sobre a ocupação de cargos públicos não-eletivos, a seguir:

Tabela 5. Ocupação de cargos públicos

Ocupou cargos públicos não-eletivos anteriormente?	Frequencia
Não	16
Sim	5
Total	21

Estes dados são relevantes e reforçam a ideia anterior por dois motivos: primeiro porque, tal como poderia ser parcialmente previsto, a grande maioria dos parlamentares que compõem a amostra não ocuparam cargos públicos anteriormente; além disso, ao olhar para as cinco ocorrências que ocuparam cargos públicos, percebe-se que nenhum dos casos corresponde a ocupação de uma função pública identificada como passível de

ser “capitalizada” enquanto trunfo eleitoral. O que se verifica antes é a ocupação de cargos de confiança tais como assessor de gabinetes diversos (parlamentar, governo estadual, secretarias municipais, conselho de órgão público), ou seja, posições que devem provavelmente a um capital de relações sociais adquirido seja pelo parentesco (maioria das ocorrências), pela militância partidária ou por ambos, e que podem estar relacionadas mais a uma “ambientação” com o espaço político do que com a conquista de um “carisma de função” (CORADINI, 2012) ou profissionalização política no sentido de aquisição de habilidades políticas e administrativas relevantes.

Por fim, uma noção mais estrita de profissionalização política também pode ser relativizada ao olhar para os dados relativos à profissão/titulação escolar e nível de escolaridade na presente amostra:

Tabela 6. Profissões

Profissão (declarada)	Frequencia
Adm. de Empresas	4
Advogado	4
Agropecuaria	1
Comerciante	3
Economista	1
Empresário	4
Jornalista	1
Não declarado	2
Professor e Comunicador	1
Total	21

Tabela 7. Escolaridade

Nível de Escolaridade	Frequência
Ens. Méd. Comp.	1
Sup. Comp.	14
Sup. Incomp.	6
Total	21

A partir da discussão anterior a respeito dos atributos dos jovens deputados federais e seus possíveis significados, é preciso ler de maneira menos usual os dados das tabelas 6 e 7: embora a grande maioria seja dotada de um título escolar apesar da pouca idade, dificilmente este fato está relacionado ao exercício de uma profissão respectiva antes ou depois da carreira parlamentar, dada a inserção precoce destes jovens na política; neste sentido sim eles podem ser vistos como verdadeiros “profissionais” da política. É relevante também observar que o número de empresários pode ser associado quase em todos os casos às ocorrências de “administradores de empresas”, os quais contam com o título escolar e possuem empresas; isto vale provavelmente também para outras profissões declaradas. Este dado sugere que o sucesso eleitoral advém do emprego simultâneo de diferentes recursos: grande parte dos herdeiros políticos (que são a maior parte dos jovens parlamentares) são beneficiados não somente com o patrimônio político de seus antecessores familiares, mas também com empresas da família, por exemplo.

4. Conclusão

A presente tentativa de mapear e discutir brevemente o perfil de jovens deputados federais se inscreve em algumas preocupações, tal como tentamos apresentar. Em primeiro lugar, espera-se contribuir para o desenvolvimento da escassa produção sobre este objeto específico, partindo da ideia de que analisar jovens parlamentares pode trazer à tona questões mais amplas sobre

recrutamento político e carreiras políticas no Brasil e dialogar com questões presentes no debate recente sobre o tema, tal como tentou-se fazer em relação às discussões apresentadas inicialmente.

Entre outras questões, o presente trabalho procurou demonstrar, a partir de uma amostra *sui generis* de deputados federais, que há caminhos de carreira política e treinamentos específicos diferenciados que devem ser considerados em tentativas mais amplas de compreensão da “classe política” brasileira e do espaço político no Brasil.

5. ANEXO: Deputados Federais inclusos na amostra⁹

Antonio Carlos Magalhães Neto*	PFL	BA
Davi Alcolumbre*	PDT	AP
Junior Betão	PPS	AC
Leandro Vilela	PMDB	GO
Leonardo Picciani	PMDB	RJ
Luciano Leitoa	PDT	MA
Marcelo Guimarães Filho	PFL	BA
Odair Cunha	PT	MG
Reginaldo Lopes	PT	MG
Brizola nETO	PDT	RJ
Efraim Filho	PFL	PB
Fabio Faria	PMN	RN
Felipe Bornier	PHS	RJ
Fernando Coelho Filho	PSB	PE
Filipe Pereira	PSC	RJ

9 Os deputados com asterisco (*) estão presentes em ambas legislaturas incluídas no trabalho (ver observação na nota 4).

Gladson Cameli	PPS	AC
Ilderlei Cordeiro	PPS	AC
Manuela D'Ávila	PcdoB	RS
Miguel Correa	PT	MG
Ratinho Junior	PPS	PR
Valdares Filho	PSB	SE

6. Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. (2005), *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1980), “Le capital social”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, jan., 1980. Pp. 2-3.

CANÊDO, Letícia. (1997), *As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método*. Campinas: Cad. CEDES v. 18 n. 42.

CODATO, A., COSTA, L. (2011), *A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1998-2010)*. In: 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG.

CORADINI, O. L. (2001), *Em nome de quem? Recursos sociais no Recrutamento de Elites Políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. (2011), *Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007*. Brasília: Soc. estado, v. 26, n. 1, abr.

GAXIE, D. (2012), “As lógicas do recrutamento político”. Brasília: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 08.

_____. (2012), “Categorias Sócio-Profissionais, Titulação Escolar e Disputas Eleitorais”. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, nº 41.

GRILL, Igor Gastall. (2008), *Heranças políticas no Rio Grande do Sul*. São Luís: EDUFMA.

_____. (2003), *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MESSEMBERG, Debora. (2011), *As dinastias políticas do Parlamento brasileiro*. In: 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003), “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro”. Curitiba: *Rev. Sociol. Polít.*, 20.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias políticas e desempenho eleitoral nas eleições de 2010. (2012), In: 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, Gramado-RS.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BOLOGNESI, Bruno. (2010), Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, v. 4, p. 10-32.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADÉ, Angel. (2009), Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. Rio de Janeiro: *Dados*, v. 52, n. 2, jun.

POLSBY, Nelson W. (1968) The Institutionalization of the U.S. House of Representatives. *American Political Science Review* 62(1):144-168.

RODRIGUES, L. M. (2002), *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: USP.

_____. (2006), *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha.

SANTOS, André Marengo dos. (2000), *Não se fazem mais oligarquias como antigamente*. Porto Alegre. Tese (Doutorado

em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. _____ (1997), Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 33, fev.

SANTOS, Fabiano. (2003), O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte, ed.UFMG.

SEIDL, Ernesto. (2009), Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. Campinas: ProPosições, v. 20, n. 2 (59), p. 21-39, maio/ago.

VASCONCELOS, Pedro. (2011), Herança Política e Conexão Geracional: Jovens herdeiros na 53ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília.

Outras referências

Relatório Juventude e participação institucional-eletiva: análise preliminar sobre o perfil da participação da juventude brasileira na Câmara dos Deputados. Brasília, 2009.

Portal da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br).

Portal do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC (cpdoc.fgv.br).

Portal “Congresso em Foco” (www.congressoemfoco.com.br)

Recebido em 02/07/2013
Aprovado em 12/10/2013